



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CRIMINAL
 RUA LIBANEZES 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000242-47.2017.8.26.0556**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **André dos Santos Silva**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Roberto Raineri Simão**

Vistos.

ANDRÉ DOS SANTOS SILVA, portador do RG n. 44.281.992-SSP/SP, filho de Jose Sebastião Barbosa da Silva e Jucelina Santana dos Santos Silva, nascido aos 19/07/1995, está sendo processado como incurso no artigo 157, caput, do Código Penal, porque, no dia 17 de junho de 2017, por volta das 19h20, na Av. Manoel de Abreu com a Rua Primo Torquatto, nesta cidade e Comarca, subtraiu para si, mediante violência, um aparelho celular da marca Samsung Gran Prime Duos, descrito e avaliado a fls. 45/46, no valor de R\$ 280,00, pertencente à *Lucilene Aparecida Prudencio Zenaro*.

Segundo consta na denúncia, o denunciado teria se deparado com a vítima em um ponto de ônibus fazendo uso do seu aparelho de telefone celular, momento em que se aproximou e, de inopino, tentou retirar o aparelho celular das mãos da vítima, a qual resistiu à ação criminosa segurando fortemente o objeto, oportunidade em que foi agredida com um tapa no rosto e um empurrão, desferidos pelo acusado, que conseguiu apoderar-se do telefone e evadir-se do local, tomando rumo ignorado.

Consta, por fim, que uma testemunha, que reside nas proximidades, ouviu os gritos de *Lucilene* e foi ao seu encontro, a fim de socorrê-la, momento em que presenciou a fuga do denunciado,. Acionando, então, a polícia, que a partir das características físicas e das vestimentas que usava, conseguiu localizá-lo a aproximadamente três quilômetros do local, já sem a *res furtiva*, sendo, contudo, reconhecido com segurança pela vítima e testemunha (fls. 16/17). Interrogado, o réu negou a prática do crime (fl.14).

A denúncia foi recebida em 03 de julho de 2017 (fl. 121).

O réu foi regularmente citado (fl. 133) e apresentou resposta à acusação (fls. 196/202).

Afastada a hipótese de absolvição sumária, durante o curso da instrução processual foi tomado o depoimento da vítima, além de duas testemunhas de acusação e três de defesa, interrogando-se, ao final, o acusado (fls. 246/255).

Em sede de alegações finais, O Ministério Público requereu a improcedência da ação, na medida em que o acervo probatório colhido na fase inquisitorial não foi reproduzido em



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

3ª VARA CRIMINAL

RUA LIBANEZES 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

juízo, a ponto de fundamentar a a condenação do acusado (fls. 335/340). Por sua vez, a combativa Defesa ratificou as alegações apresentadas pelo Ministério Público, pugnando pela absolvição do acusado (fl. 334).

É o relatório.

FUNDAMENTO E DECIDO.

Trata-se de ação penal visando apurar a prática do crime de roubo.

A ação é improcedente.

A vítima *Lucilene Aparecida Prudencio* narrou que na data dos fatos ia para a casa de sua mãe em Rincão e ficou no ponto de ônibus por volta das 19h da noite. Disse que estava falando com o marido no telefone e sentiu o aparelho ser puxado, sendo que resistiu e levou um soco no rosto, mas a pessoa puxou o aparelho e correu. Naquele momento, foi atrás dele e pegou seu braço, sendo que sentiu que era uma blusa de moletom que ele vestia. A parte de baixo era uma peça escura, ele tinha um boné dobrado na mão. Depois disso, ele atravessou a Av. Manoel de Abreu para volta e viu o Eduardo chamando a polícia. Salientou que o autor do crime foi em direção ao bairro Imperador e que tinha a cor da pele mais clara que a dela. Na delegacia, se recordou do detalhe do boné e fez o reconhecimento sem sombra de dúvidas, até porque conseguiu visualizar o rosto da pessoa. Pro fim, esclareceu que o bairro Imperador é longe do Maria Luiza e que sabe que o réu foi preso perto do Condomínio Piemonte – que fica longe do Maria Luiza.

Ao que se infere dos autos, a vítima, em que pese tenha reconhecido na fase policial o réu, não confirmou tal depoimento em juízo, sob o crivo do contraditório.

A testemunha *Eduardo Ferreira Martins* disse que a esposa viu uma pessoa gritando no ponto de ônibus e pediu que ele descesse, momento em que foi ao encontro da vítima e acabou cruzando com uma pessoa de moletom vermelho e uma bicicleta. Ela apontou como sendo o autor do roubo e ele também fez o reconhecimento na fase inquisitiva, mas não tem certeza de que se tratava da mesma pessoa, pois a blusa que o indivíduo usava no momento do reconhecimento era diferente daquela que utilizava quando se deparou logo após o crime. Por fim, salientou que autor do crime estava empurrando uma bicicleta, mas a que foi apresentada na Delegacia não era a mesma. Fez o reconhecimento na delegacia. O crime foi por volta das 18h30 e 19h.

O policial militar *Diego Ramos de Oliveira* mencionou que foram acionados para atender uma ocorrência de roubo, sendo que a vítima passou as características da bicicleta da pessoa. Disse que foi realizado patrulhamento e acabaram encontrando o réu, sendo que foi tirada uma foto e mostrada para a vítima que o reconheceu. Esclareceu que ele estava de moletom vermelho e camisa vermelha por baixo, tinha boné colorido. A bicicleta era nova, cor branca, sendo que ele foi apreendido na região do imperador, local que não é próximo do Maria Luiza. Contou que ele estava indo ao Maria Luiza, trajeto totalmente contrário, o caminho em que ele estava era de chegada para Américo. Pontuou que no local em que ele estava dava para cortar o bairro, mas estava longe para chegar ao Maria Luiza. Acrescentou que o tempo e local da apreensão eram compatíveis considerando o lugar do crime, até porque ele estava de bicicleta.

A testemunha *Evandro de Oliveira Silva* disse ser primo e amigo do réu.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CRIMINAL
RUA LIBANEZES 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Mencionou que ele contou que ia vender uma bicicleta a uma pessoa e que estava anoitecendo quando falou com ele ao telefone.

A testemunha *Jezreel dos Santos Batista* disse que conhece o acusado e nesse dia combinou de ver a bicicleta que ele vendia. Mencionou que ficou em sua casa até umas 19h30 e que mora no Jardim Maria Luiza, mas que o réu ficou de retornar outro dia para fechar o negócio.

Interrogado, o acusado negou os fatos a ele imputado. Disse estar no lugar errado na hora errada.

Em que pese os depoimentos colhidos na fase policial, a instrução processual aponta divergências substanciais entre as versões dadas pela vítima, testemunhas e o réu, razão pela qual não há como manter um decreto condenatório com base exclusivamente num reconhecimento feito na fase do inquérito sem que ao menos fosse confirmado em juízo.

Ademais, o aparelho celular subtraído não fora encontrado na posse do réu.

Diante desse quadro duvidoso, comprometida ficou a certeza da autoria, imprescindível ao decreto condenatório.

Como é consabido, as provas produzidas em inquérito policial e não ratificadas em juízo, sem o crivo do contraditório judicial, desservem ao propósito condenatório.

Consoante preceito insculpido no art. 155 do Diploma Processual Penal, é defeso ao magistrado fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

O fato de terem sido realizadas atividades com a finalidade de elucidar-se a autoria do delito não dispensa a acusação de produzir, sob o crivo do contraditório, prova firme e segura da responsabilização do denunciado pelos fatos descritos na petição inicial, nos termos do artigo 156 do Diploma Processual Penal, cuja detida análise impõe, diante da sistemática processual penal vigente e do princípio da presunção de inocência, a absolvição do réu.

Oportuna transcrição jurisprudencial:

"Uma condenação criminal, com todos os seus gravames e consequências, só pode ser considerada com apoio em prova cabal e extreme de dúvida, sendo que as presunções e indícios, isoladamente considerados, não se constituem em prova dotada dessas qualidades, de modo a serem insuficientes para amparar a procedência da denúncia" (JUTACRIM - SP 17/149).

Frise-se que o direito penal não se coaduna com juízos hipotéticos e superficiais. Imprescindível estruturar, pois, o decreto condenatório em robustos elementos de prova, existentes nos autos, sobre a real e efetiva participação do agente na prática da infração penal, do que não se cogita na hipótese. A dúvida, remanescendo nos autos, é autorizadora da absolvição.

Portanto, diante desse contexto, extrair conclusão segura quanto à demonstração da responsabilidade penal implica mero exercício de dedução não amparado pelo quadro probatório. A prova é frágil e apenas indiciária, não servindo de base ao decreto condenatório.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE ARARAQUARA****FORO DE ARARAQUARA****3ª VARA CRIMINAL****RUA LIBANEZES 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Diante do exposto e considerando tudo o mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE** a pretensão punitiva deduzida na denúncia, e, em consequência, **ABSOLVO** o réu **ANDRÉ DOS SANTOS SILVA**, portador do RG n. 44.281.992-SSP/SP, filho de Jose Sebastião Barbosa da Silva e Jucelina Santana dos Santos Silva, nascido aos 19/07/1995, da imputação contida no artigo 157, *caput*, do Código Penal, com espeque no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

Transitada em julgado, arquivem-se os autos, com as anotações de praxe.

P.R.I.C.

Araraquara, 27 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**